**PROCESSO ADMINSITATIVO N.º0270/2022**

**EDITAL 011/2022**

**PREGÃO PRESENCIAL**

**TERMO DE REFERÊCIA**

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE **TINTAS E SOLVENTES PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA** para atender à solicitação de abertura de Registro de Preços da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

**1. INTRODUÇÃO**

**1.1.** Este termo de referência foi elaborado em cumprimento ao disposto no Decreto Municipal nº 145 de 23 de dezembro de 2009, nº015 de 17 de fevereiro de 2017 e nº081 de 01 de agosto de 2017.

O **Município de Santo Antônio de Pádua,** pretende **registrar preços** para eventual **fornecimento de tintas e solventes para demarcação viária,** com observância do disposto na Lei nº 10.520/02, e subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93, e nas demais normas legais e regulamentares.

O presente Termo de Referência objetiva propiciar a caracterização do objeto a ser solicitado, no tocante à cotação de preços praticados no mercado, às especificações técnicas, à estratégia de suprimento e o prazo de execução.

**2. DO OBJETO:**

**2.1.** O presente termo tem por objetivo nortear os licitantes quanto às especificações, referente ao procedimento licitatório a ser realizado, visando o Registro de Preços, para o eventual fornecimento de **Tintas e Solventes para demarcação viária**, que serão utilizados para demarcação e sinalização pertinentes a organização do trânsito sob coordenação do Departamento Municipal de Trânsito - DMT, pelo prazo de **12 (doze) meses**.

**3. JUSTIFICATIVA**

**3.1.** O objetivo do órgão ou entidade de trânsito deve ser o de proporcionar instrumentos e condições para que o processo de circulação de veículos e pessoas desenvolva-se com padrões adequados de acessibilidade, mobilidade, segurança, fluidez e qualidade de vida. Desse modo, a gestão de trânsito envolve a busca pela otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros destinados à resolução dos problemas de trânsito do município, visando reduzir ou até mesmo eliminar esses problemas.

A lei municipal de n.º 3.300 de 16 de junho de 2009, criou o departamento municipal de trânsito – DMT e fixou suas competências em seu art.3º, a saber:

 *Compete ao Departamento Municipal de Trânsito – DMT, como órgão e entidade executiva de Trânsito de Município, no âmbito de sua circunscrição:*

1. *Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de Trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;*
2. *Planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas*
3. *Implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;*

Em cumprimento ao que determina a legislação municipal, o DMT tem buscado realizar medidas com a finalidade de efetivar a determinação legal, no que diz respeito a sua função.

A organização do trânsito da cidade requer medidas instrutivas e educativas. A sinalização viária é fator indispensável a essa finalidade e para isso, os meios e materiais utilizados devem ser específicos para esse fim, de modo a garantir durabilidade e a visibilidade de forma ampla e irrestrita a todos que utilizam as vias públicas sob responsabilidade de coordenação municipal.

Podemos dizer que, a sinalização viária é um conjunto de sinais utilizados em vias e rodovias para comunicação com quem utiliza esses espaços e é utilizada em espaços urbanos ou rurais e possuem códigos que comunicam aos usuários regras, direitos e deveres.

A Sinalização Viária está prevista no anexo II do Código de Trânsito Brasileiro, através da Resolução nº 160, de 22 de abril de 2004.

Além disso, as tintas utilizadas para demarcação viária a base de resina acrílica deve atender aos requisitos quantitativos e qualitativos conforme as tabelas da NBR 11862 da ABNT e às disposições da NBR 15438/06.

As tintas e solventes que será Registrado Preço para eventual aquisição, deve atender uma série de especificações e é recomendada para demarcação de faixas de sinalização horizontal e vertical em rodovias, vias urbanas, aeroportos, estacionamentos e pátios de manobra.

Suas principais características são: secagem rápida, aderência ao pavimento betuminoso, além de apresentar boa elasticidade, resistência à abrasão e visibilidade tanto de dia como à noite.

 Por se tratar de materiais específicos e que requerem uso continuo, pois a demarcação de trânsito requer constante manutenção, o Registro de Preços é o melhor meio de aquisição do material e pauta-se nos princípios da eficiência e economicidade.

**DO TRATAMENTO DIFERENCIADO A MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE E AMPLA CONCORRÊNCIA**

Considerando a existência de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas sediadas no local e regionalmente capazes de cumprir as exigências do ato convocatório, reservamos o tratamento diferenciado específico, destinado a EPP e ME, conforme dispõe a legislação em vigor.

 A microempresa ou empresa de pequeno porte, para utilizar as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, deverá, por ocasião do credenciamento, apresentar, separadamente e fora dos envelopes de habilitação e proposta de preço, declaração de que ostenta essa condição e de que não se enquadra em nenhuma das hipóteses enumeradas no §4º do artigo 3º do referido diploma legal, preferencialmente nos moldes do Anexo VII.

A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar, mediante inclusão no Envelope “B” (Habilitação), os documentos de regularidade fiscal ainda que haja alguma restrição, nos termos do artigo 43 da Lei Complementar nº123/2006.

Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida no presente edital, será assegurado à microempresa e empresa de pequeno porte, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for considerada vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério do Município de Santo Antônio de Pádua, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e apresentação de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

A ausência de regularização da documentação no prazo previsto na cláusula anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº8.666/93, sendo facultado ao Município de Santo Antônio de Pádua convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato.

Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006).

Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de melhor preço.

Havendo empate na forma da cláusula anterior, serão adotados os seguintes procedimentos:

A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

Não ocorrendo apresentação de proposta na forma da cláusula anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, respeitando-se a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

Havendo equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Na hipótese de não viabilizar a contratação de acordo com os procedimentos estabelecidos nas cláusulas anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

Nos demais itens em que o valor for superior a R$ 80.000,00, o processo correrá por ampla concorrência. **Contudo serão assegurados às ME/EPPs todos os privilégios estabelecidos na Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores**.

**5. ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CUSTOS ESTIMADOS**

**5.1.** As especificações e a quantidade prevista são pré-estabelecidas pela Secretaria Municipal solicitante da abertura do Registro de Preços, por meio do Departamento Municipal de Trânsito.

O quantitativo foi estimado com base no cálculo elaborado a partir das quantidades utilizadas no período anterior e de acordo com a necessidade da Secretaria.

**5.2.** O custo estimado do material foi calculado com base em cotação média obtida perante empresas do ramo da atividade e no Banco de Preços.

**A QUANTITADE MÍNIMA A SER ADQUIRIDA SERÁ SUPERIOR A 5% DO TOTAL ORÇADO.**

**6. CARACTERÍSTICAS DO OBJETO**

**6.1.** O material a ser fornecido atenderá as especificações expressas no **Apêndice I**, deste Termo de Referência e as abaixo elencadas.

**6.1.1 REQUISITOS PARA A TINTA ACRÍLICA, NBR 11862**

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície de pavimento de concreto asfáltico e /ou de blocos sextavados de concreto;

A tinta, após a abertura do recipiente, não deverá apresentar sedimentos, natas ou grumos;

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada;

A tinta deve estar apta a ser aplicada nas seguintes condições: Temperatura entre 5°C e 40°C;

Umidade relativa do ar até 80%.

A tinta deve estar em condições de ser aplicada por máquinas apropriadas.

A tinta deve estar em condições de ser aplicada por materiais manuais (rolo, pincel)

A tinta quando aplicada na quantidade especificada, deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego no período máximo de tempo de 20 minutos;

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após aplicação no pavimento;

A tinta aplicada, após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade ao pavimento, e produzir película seca, fosca e de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil;

A tinta não deve permitir sangramento

A tinta deve apresentar características antiderrapantes

A tinta a ser aplicada deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos de 18 litros, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem, trazendo em seu corpo as seguintes informações:

a) Nome do produto: tinta para sinalização viária a base de resina acrílica;

b) Nome comercial;

c) Cor da tinta;

d) Referência quanto à natureza química da resina;

e) Data de fabricação;

f) Prazo de validade;

g) Número do lote de fabricação;

h) Nome e endereço do fabricante;

i) Quantidade contida no recipiente, em litros;

A tinta para demarcação viária a base de resina acrílica deve atender aos Requisitos, quantitativos e qualitativos conforme as tabelas da NBR 11862 da ABNT.

Deve atender às disposições da NBR 15438/06.

**6.2** Todo o material fornecido deve ser aprovado pelo INMETRO

**6.3**. As tintas e solventes devem atender a todos os requisitos do DER, DNIT e ABNT

**6.4.** Todos os materiais devem ter data de validade superiores a 06 (seis) meses.

**7. CUSTO ESTIMADO**

**7.1.** O custo estimado dos materiais foi calculado com base em cotação média obtida perante fornecedores locais do município de Santo Antônio de Pádua/RJ e no Banco de Preços.

**7.2.** Os preços unitários estimados são os constantes do **APÊNDICE I**.

**8. RECURSO ORÇAMENTÁRIO**

**8.1.** As despesas decorrentes das obrigações assumidas com a presente correrão à conta de dotações orçamentárias enviadas pela Secretaria solicitante do Registro de Preços e após constatação de saldo da Secretaria de Planejamento e Orçamento, constante no **APÊNDICE II**, deste Termo.

**FONTE:** Recurso Próprio

**NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.0.00.00.00

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 04.122.0173.2.229

**DESPESA:** 519

**9. FORMA DE FORNECIMENTO**

**9.1.** O fornecimento dos materiais deverá ser realizado a partir da requisição, especificando quantidade, descrição completa do Material e finalidade, para secretaria de Planejamento para averiguação de dotação orçamentária.

**9.2**. Ficará a cargo da **Secretaria** o local a ser entregue os materiais e a fiscalização e o acompanhamento da execução de todas as fases e etapas das entregas do material.

**10. LOCAL DE ENTREGA**

**10.1.** Os materiais deverão ser entregues no Departamento Municipal de Trânsito - DEMUT, na estrada Pádua x Pirapetinga – Bairro Glória (Anexo ao Centro de Convenção Municipal) com endereço indicado pela Secretaria, de segunda a sexta-feira, entre 08hs e 16hs, salvo feriados e pontos facultativos, conforme relação de endereços abaixo.

**11. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA E EXECUÇÃO DA ATA**

**11.1.** Homologado o certame e adjudicado o objeto da licitação à empresa vencedora, essa deverá dentro do prazo máximo de **05 (cinco) dias** assinar a Ata de Registro de Preço após a convocação realizada pelo **Município.**

**12. DO PRAZO DE ENTREGA, DE GARANTIA E DE SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS**

**12.1. PRAZO DE ENTREGA**

**12.2.1.** O prazo de entrega dos materiais é de no máximo **02 (dois) dias úteis,** contados a partir da data de retirada da Nota de Empenho.

**12.2**.2 Por prazo de entrega entende-se o prazo considerado até que os materiais sejam descarregados e recebidos no local de entrega fixado pelo CONTRATANTE.

**12.3**.3 Qualquer alteração do prazo de entrega dependerá de prévia e expressa aprovação, por escrito, do CONTRATANTE.

**12.2. DO PRAZO DE GARANTIA**

**12.2.1**. O prazo de garantia dos materiais, objeto deste contrato, é de **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento e atestação definitiva dos materiais pelo CONTRATANTE.

**12.3. DO PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS**

**12.3.1.** O prazo máximo para a CONTRATADA efetuar a substituição, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, de todo e qualquer material que durante o período de garantia venha a apresentar defeito de fabricação/embalagem violada, validade vencida, e outras não conformidades é de **05 (cinco) dias úteis,** a partir da data da comunicação pelo CONTRATANTE.

**12.4. PRAZO DA ATA**

**12.4.1.** O prazo da Ata do Registro de Preços terá validade de **12(doze) meses**. A contar data da assinatura da Ata de Registro de Preços, observada a necessária publicação, prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

**13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

 **13.1.** Fornecer na quantidade requisitada rigorosamente conforme as especificações contidas no Termo de Referência, a serem averiguadas pelos servidores que atestarem o recebimento e quando autorizado pelo CONTRATANTE através do **Órgão Gerenciador**;

**13.2.** Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, conforme determina o **artigo 55, XIII da Lei Federal nº 8.666/93;**

**13.3.** A contratada fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais, em conformidade com o constante da correspondente na nota de empenho, atentando-se e responsabilizando-se por quaisquer inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos;

**13.4.** Que o material constante na Ata seja entregue e descarregado de acordo com o endereço indicado pelo Órgão Gerenciador.

**13.5.** Que todo o material fornecido seja de primeira linha e atendam as normas específicas relativas ao material.

**13.6.** Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado, executem a obra ou prestem os serviços, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

**13.6**. Comunicar a CONTRATANTE toda e qualquer alteração em sua habilitação, que venha a influenciar na execução do contrato, decorrente deste SRP.

**13.7.** Ser responsável pela qualidade dos materiais;

**13.8**. Respeitar as normas técnicas e especificações pertinentes ao objeto licitado.

**13.9.** Cumprir todas as normas ABNT NBR, que fundamentam todos materiais referentes a sinalização viária.

**13.10**. Deverão os materiais serem totalmente embalados, marcados, e serem entregues

em perfeito estado, ocorrendo à ruptura ou quebra tanto na viagem ou na entrega

dos mesmos, os materiais deverão ser trocados no prazo máximo de 2 (dois)

dias úteis.

**13.11.** Os materiais que não estão descritos os prazos no item deverão possuir no

mínimo 01 (um) ano de garantia e validade.

**14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**14.1**. Pagar pontualmente pelo **objeto**;

**14.2**. Comunicar à CONTRATADA, por escrito e em tempo hábil quaisquer instruções ou alterações a serem adotadas sobre assuntos relacionados a este Contrato;

**14.3**. Designar um representante autorizado para acompanhar os fornecimentos e dirimir as possíveis dúvidas existentes;

**14.4** Liberar o acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais onde serão feitas as entregas quando em áreas internas do CONTRATANTE;

**14.5**. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato, sem que com isso venha excluir ou reduzir a responsabilidade da CONTRATADA;

**14.6**. Impedir, juntamente com a contratada, que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado, executem a obra ou prestem os serviços, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

**15. DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

**15.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei Federal nº8.666/93 e alterações posteriores**, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**15.2.** A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

**15.3.** A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da CONTRATADA quanto à integridade e à correção da execução do objeto a que se obrigou, suas consequências e implicações perante o CONTRATANTE, terceiros, próximas ou remotas.

**15.4.** A execução do contrato será acompanhada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O servidor designado pelo CONTRATANTE irá exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA, sem prejuízo desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

**15.5.** A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE para representá-lo na execução do contrato.

**15.6.** Ficará a cargos da **Secretaria Municipal solicitante,** a fiscalização e o acompanhamento da execução de todas as fases e etapas dos serviços e das entregas do material.

**15.7.** Cabe ao Órgão Participante aplicar, garantia a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

**16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**16.1.** O pagamentoserá efetuado em até **30 (trinta)** dias, medianteadimplemento de cada parcela da obrigação, através de transferência, em conta bancária indicada por intermédio da apresentação da fatura emitida pela Contratada em correspondência ao objeto executado. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

**16.2.** Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, serão devidos pelo Contratante 0,033%, por dia, sobre o valor da parcela devida, a título de **compensação financeira.**

**16.3.** Por eventuaisatrasos injustificados, serão devidos à Contratada, **juros moratórios** de0,01667%ao dia,alcançando ao ano 6% (seis por cento).

**16.4.** Entende-se por atraso o prazo que exceder **15 (quinze)** dias da apresentação da fatura.

**16.5.** Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido, o **Município de Santo Antônio de Pádua** fará jus a um desconto de 0,033% por dia, a título de **compensação financeira.**

**17. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇO:**

**17.1.** O critério de aceitabilidade de preço é o do **valor unitário estimado**, desclassificando-se as propostas com preços que excedam esse limite estabelecido ou sejam inexequíveis, assim considerado, aquele que não venha a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto da licitação.

**18. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**18.1.** O critério de julgamento é o de **menor preço unitário,** não se admitindo proposta com preços irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado acrescidos dos respectivos encargos.

**19. SUBCONTRATAÇÃO**

**19.1.** Conforme estabelecido no **Artigo 72 da Lei Federal no 8.666/93**, é vedada a subcontratação da totalidade dos serviços objeto da licitação**.**

**20. DAS SANÇÕES**

**20.1.** A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada do Cadastro de Fornecedores mantido pela Administração Pública Municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas nesse edital, no contrato e das demais cominações legais, conforme dispõe o **artigo 7º da Lei Federal nº10.520/02,** quando:

**20.1.1.** Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta,não assinar o contrato;

**20.1.2.** Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no certame

**20.1.3.** Ensejar retardamento da execução do objeto;

**20.1.4.** Não mantiver a proposta;

**20.1.5.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;

**20.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo;

**20.1.7.** Cometer fraude fiscal.

**20.2.** A Contratada, na hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ressalvados os casos fortuitos e de força maior devidamente comprovado, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo processo:

**20.2.1.** Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo;

**20.2.2.** Multa administrativa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida, nas hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza;

**20.2.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **Município de Santo Antônio de Pádua**, por prazo não superior a dois anos;

**20.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

**20.3.** A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo ao interesse do **objeto.**

**20.4.** A penalidade de suspensão temporária e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos poderá ser aplicado à Contratada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos:

**20.4.1.** Reincidência em descumprimento do prazo contratual;

**20.4.2.** Descumprimento parcial total ou parcial de obrigação contratual;

**20.4.3.** Rescisão do contrato;

**20.4.4.** Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolos os, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**20.4.5.** Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

**20.4.6.** Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**20.5.** As penalidades previstas de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa, sendo asseguradaà Contratada a defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa.

**20.6.** Ocorrendo atraso injustificado na entrega do **material**, por culpa da Contratada, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se em mora independente de notificação ou interpelação.

**20.7.** A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato no prazo estipulado**,** importa inexecução total do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação das penalidades previstas no presente edital, inclusive multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida, facultando o **Município de Santo Antônio de Pádua** aconvocar a licitante remanescente, na forma do **artigo 64, § 2º da Lei Federal nº8.666/93.**

**20.8.** Os danos e perdas decorrentes de culpa ou dolo da Contratada serão ressarcidos ao **Município de Santo Antônio de Pádua** no prazo máximo de **03 (três) dias**, contados de notificação administrativa, sob pena de multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

**20.9.** As multas previstas neste ato convocatório não têm caráter compensatório e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao **Município de Santo Antônio de Pádua** e, ainda, não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas em leie que o contrato seja rescindido unilateralmente.

**20.10.** A multa aplicada deverá ser recolhida dentro do prazo de03 (três) dias a contar da correspondente notificação e poderá ser descontada de eventuais créditos que a Contratadatenha junto ao **Município de Santo Antônio de Pádua**, sem embargo de ser cobrada judicialmente.

**20.11.** Constituem motivos para rescisão do contrato, por ato unilateral do Contratante, os motivos previstos no **artigo 78, I a XI da Lei Federal nº8.666/93,** mediante decisão fundamentada, assegurados o contraditório, a defesa prévia e ampla defesa, acarretando a Contratada, no que couber, as consequências previstas no **artigo 80 do mesmo diploma legal**, sem prejuízo das sanções estipulada em leis e neste edital.

**21. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**21.1.** A revisão e o cancelamento dos preços registrados têm como embasamento legal o Decreto Municipal nº015, de 17 de fevereiro de 2017 artigos 16, 17, 18, 19 e 20 conforme abaixo:

***Art. 16****Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.*

***Art. 17****Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.*

***§ 1º*** *Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.*

***§ 2º*** *A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.*

***Art. 18****Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:*

***I -*** *liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e*

***II -*** *convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.*

***Parágrafo único.*** *Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.*

***Art. 19****O registro do fornecedor será cancelado quando:*

*I - descumprir as condições da ata de registro de preços;*

*II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;*

*III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou*

*IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1.993, ou no art. 7 nº 10.520, de 2.002.*

*Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV deste artigo, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurando o contraditório e a ampla defesa.*

***Art. 20****O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:*

*I - por razão de interesse público; ou*

*II - a pedido do fornecedor.*